

ANAMATRA
30 ANOS

JORNAL ANAMATRA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - EDIÇÃO ESPECIAL - ANO XV - Nº 144

**Impresso
Especial**

9912284423-/DR/BSB
ASSOCIACAO DOS
MAGISTRADOS DA JUSTIÇA
DO TRABALHO

///CORREIOS///



VALORIZAÇÃO

**DA MAGISTRATURA
E DO MINISTÉRIO
PÚBLICO**





EXPEDIENTE

PRESIDENTE: **Renato Henry Sant'Anna**
(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE: **Paulo Luiz Schmidt**
(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL: **Fabrizio Nicolau dos Santos Nogueira** (Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO: **João Bosco de Barcelos Coura** (Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO: **Gilberto Augusto Leitão Martins** (Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: **Cléa Maria Carvalho do Couto** (Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS: **Vitor Leandro Yamada**
(Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS: **Germano Silveira de Siqueira**
(Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA: **Narbal Antônio de Mendonça Fileti**
(Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS: **André Machado Calvancanti** (Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: **Valter Souza Pugliesi** (Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS: **Terezinha Célia Kineipp Oliveira** (Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: **Marcos Neves Fava** (Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL: **Viviane Maria Leite de Faria** (Amatra 5/Bahia), **Luciana Paula Conforti** (Amatra 6/Pernambuco), **Leonardo Ely** (Amatra 24/Mato Grosso do Sul); SUPLENTE: **Adib Pereira Netto Salim** (Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:
SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000
NA INTERNET: www.anamatra.org.br
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388
imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: **Mariana Monteiro**
(7859/DF) e **Viviane Dias** (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

REVISÃO: **Alessandro Lisboa** (4053/DF)

DIAGRAMAÇÃO: **Clarissa Teixeira**
(61) 9202.3012

IMPRESSÃO: **Coronário Editora Gráfica Ltda**

TIRAGEM: 4.700

Carta ao associado

Colegas,

Volto a este espaço para apresentar mais uma edição do nosso Jornal Anamatra. Como não poderia deixar de ser, o destaque total é para a cobertura do ato do dia 21 de setembro passado, nosso “Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público”.

O evento, histórico pelo número de participantes e pela organização conjunta por entidades da magistratura e do Ministério Público, foi um total sucesso, reunindo em Brasília quase dois mil juizes, promotores e procuradores.

Além do ato no Salão Negro do Congresso Nacional, marchamos de forma inédita rumo ao Supremo Tribunal Federal (STF). Demonstramos nossa união e poder de mobilização diretamente aos atores institucionais que podem e devem dar solução à nossa pauta de pendências.

Seguimos, pois, cumprindo nosso cronograma político fixado pelo Conselho de Representantes da Anamatra, em coordenação com as entidades da Frente Associativa, bem como com a AMB e a Conamp. Calendário político, aliás, que já estava delineado no início do corrente ano, sob a condução do presidente Luciano Athayde Chaves.

A temperatura política do nosso movimento começou a subir no momento em que restou claro que não havia intenção do Parlamento em viabilizar a votação do PL dos Subsídios no início da Legislatura, como havia sido prometido ao presidente do STF. E mais, ante os acontecimentos que acirraram os problemas ligados à segurança institucional e ao nosso sistema previdenciário, os três temas do nosso “Dia de Valorização”.

Estamos cumprindo todas as etapas possíveis, valorizando o contato político no Parlamento e manejando as ações de Mandado de Injunção junto ao STF.

Seguimos lutando confiantes para estabelecer um diálogo construtivo entre os Três Poderes da República.

Não obstante, o Conselho de Representantes da Anamatra, em decisão no último dia 5 de outubro, avaliou que precisamos seguir em frente. Nossas ações políticas devem seguir crescendo em intensidade e gravidade, infelizmente.

Assim, acolheu o Conselho de Representantes o indicativo da diretoria para discutir com a base de associados a oportunidade e viabilidade da realização de um dia de paralisação de advertência, inicialmente sugerido para o dia 30 de novembro de 2011.

Decidiu-se, dessa forma, convocar nossos associados a aprovar ou não tal escalada de atuação.

Para tanto, as Amatras devem, até o dia 17 de novembro de 2011, consultar as bases e trazer um retrato fiel da adesão dos juizes do Trabalho ao movimento do dia 30.11.2011 como recurso de luta pelo cumprimento da Constituição Federal.

Não preciso nem dizer da gravidade de tal deliberação. A presença de todos nas assembleias, favoráveis ou não ao indicativo, é fundamental.

O movimento é de todos ou não é de ninguém!

Como dito em nota pública divulgada no dia 5 de outubro, aniversário de nossa Constituição, os juizes que fazem cumprir a Constituição Federal para o conjunto da sociedade brasileira, paradoxalmente talvez tenham que recorrer à paralisação de suas atividades para que essa mesma Constituição seja cumprida em relação aos seus direitos e garantias. Abraços,

Renato Henry Sant'Anna
Presidente da Anamatra

“Quem não luta pelos próprios direitos não tem moral para defender os direitos da sociedade”

Foto: Arquivo Anamatra



Cerca de 2 mil juízes e membros do Ministério Público se reuniram em Brasília (DF) no dia 21 de setembro para o Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, organizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União, da qual faz parte a Anamatra. O ato teve como objetivo mostrar à sociedade a necessidade que as duas classes têm de ter uma política remuneratória que recomponha as perdas inflacionárias e um sistema de saúde, previdência e segurança adequado.

“A nossa pauta reivindicatória não é complicada; ela é básica. O nosso pleito é básico. Queremos política remuneratória, segurança e uma previdência pública decente”, anunciou o presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, durante a abertura da mobilização, feita no Salão Negro da Câmara dos Deputados, que contou com a presença de diversos deputados e senadores.

Durante seu discurso, Sant’Anna destacou a importância da valorização da magistratura e do Ministério Público para que a prestação jurisdicional à sociedade seja plena e satisfatória. “O povo brasileiro quer uma Justiça efetiva, rápida, bem aparelhada. E isso depende de juízes, promotores, procuradores bem remunerados, bem aparelhados, acolhidos na sua aposentadoria e com a segurança mínima de um agente do Estado”, frisou. “Quem não luta pelos próprios direitos não tem moral para defender os direitos da sociedade”, finalizou o juiz.

Após a cerimônia na Câmara, os manifestantes seguiram a pé para o Supremo Tribunal Federal (STF). Na Suprema Corte, os integrantes da Frente Associativa entregaram manifesto (veja das páginas 13 a 15) ao presidente, Cezar Peluso, que ficou impressionado com a quantidade de participantes no ato. Segundo o ministro, a intensa participação demonstra a força da pauta do movimento. Além disso, Peluso aproveitou para ressaltar que o STF também luta pelas garantias da magistratura brasileira.

Sobre o Dia Nacional

O Dia Nacional pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público foi promovido pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), integrada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal (Amajum), Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (Amagis/DF), e Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), em articulação com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). *A*

Parlamentares apoiam pleitos da magistratura e do MP

Fotos: Arquivo Anamatra



O ato público realizado no salão negro da Câmara dos Deputados foi marcado por diversos discursos de parlamentares, que ressaltaram a importância do Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público e das reivindicações das duas categorias para o Estado Democrático de Direito. O movimento está centrado em três eixos: uma política nacional de segurança, um sistema de saúde e adequada cobertura previdenciária, e uma política remuneratória que respeite a Constituição Federal.

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebeu os dirigentes das entidades em seu gabinete, entre eles o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna. Sarney disse que os pleitos são válidos e ressaltou que o estado brasileiro precisa garantir a segurança não só dos magistrados e dos membros do MP, mas de toda a população. "Se um juiz não tem garantias de segurança, a sociedade também não tem", assinalou Sarney.

O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), que no ato representou o presidente da Câmara, Marco Maia, defendeu a unificação dos tetos salariais entre os membros dos poderes federais. "Não se pode admitir profissionais que estão no topo de suas carreiras recebendo o mesmo que outros que estão na base e não precisam lidar com as mesmas questões", disse. O deputado também falou

da importância do projeto de lei 7749/10, que estabelece reajustes anuais para os ministros do Supremo Tribunal Federal com base nas perdas provocadas pela inflação.

Relator do projeto de lei 7749/10 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), o deputado Roberto Santiago (PV-SP) afirmou que a correção salarial é um direito de todos os trabalhadores. "Tenho compromisso com todas as associações", declarou. O parlamentar afirmou que, assim que tiver o projeto em mãos, apresentará o relatório em uma semana.

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) também defendeu os pleitos de juízes, procuradores e promotores e falou da importância da união das carreiras. "Só com a ajuda de todos podemos construir um Brasil mais justo. Não sou amante do poder, mas de um país onde a justiça social esteja presente", disse.

Frente Mista

O deputado Wellington Fagundes (PR-MT), que recolhe assinaturas para a criação da Frente Mista de Defesa e Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira, também falou da importância do ato ser realizado no Congresso Nacional e defendeu a criação da Frente. "Ela será a ligação da magistratura com a casa do povo. O Brasil precisa de uma magistratura forte", disse. *Af*

Mais de 450 juízes do Trabalho participam de ato pela valorização da carreira

Mais de 450 juízes trabalhistas de todo o Brasil participaram do Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público. No total, foram cerca de dois mil magistrados e membros do Ministério Público.

Dentre os representantes da Justiça do Trabalho estiveram presentes cinco ex-presidentes da Anamatra: Ivanildo da Cunha Andrade (1993-1995), Gustavo Tadeu Alkmin (1999-2001), Hugo Melo Filho (2001-2003), Grijalbo Coutinho (2003-2005) e Cláudio Montesso (2007-2009). *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Ministro Luiz Fux notifica presidentes da Câmara e do Senado a se pronunciarem sobre revisão dos subsídios da magistratura

Foto: Carlos Humberto/SCO/STF



No dia em que magistrados mobilizaram-se no Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux expediu ofícios notificando os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a prestarem esclarecimentos sobre a não apreciação do Projeto de Lei 7749/2010, que trata da revisão anual dos subsídios da magistratura. Fux é o relator do Mandado de Injunção (MI) nº 4067, impetrado por entidades associativas de magistrados, dentre elas a Anamatra.

Ainda em seu despacho, o ministro indeferiu o pedido de antecipação de tutela feito pelos autores do MI. "Assinale-se que a vedação legal à antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, nas hipóteses previstas em lei, é constitucional, conforme já decidido pelo STF em sede de controle abstrato (ADC nº 4/MC, Rel. Min. SYDNEY SANCHES). Demais disso, a jurisprudência da Corte reconhece a aplicabilidade da norma legal em comento para os casos de reposição de perda do poder aquisitivo". *A*

Entidades da Magistratura e do Ministério Público reagem a possível corte no orçamento de 2012

A Anamatra e entidades representantes da magistratura e do Ministério Público divulgaram no dia 1º de setembro nota pública na qual manifestam inconformidade com as informações divulgadas pela imprensa de

que a proposta orçamentária de 2012, consolidada pelo Poder Executivo, “tenha expurgado valores destinados à recomposição dos vencimentos de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público”. Confira abaixo a nota:

NOTA PÚBLICA

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União – FRENTAS, integrada pela AJUFE - Associação dos Juizes Federais do Brasil, ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, AMAJUM – Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal, AMAGIS/DF - Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios, ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República, ANPT - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANMPM - Associação Nacional do Ministério Público Militar e AMPDFT - Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em articulação com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), tendo em vista matérias divulgadas na imprensa nacional tratando da política remuneratória dos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, bem como tendo em conta que o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República enviaram novas proposições legislativas ao Congresso Nacional relativas ao tema, vem a público nos seguintes termos:

1. É inaceitável que a proposta orçamentária de 2012, consolidada pelo Poder Executivo, tenha expurgado valores destinados à recomposição dos vencimentos de Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, em clara violação ao artigo 2º. da Constituição Federal, que comanda no sentido de serem os Poderes da República independentes e harmônicos entre si.
2. A medida proposta pelo Poder Executivo viola, ainda, o artigo 37, X da Constituição Federal, uma vez que procura claramente inviabilizar a revisão geral anual do valor do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República e, por consequência, a irredutibilidade de subsídio prevista nos artigos 95 e 128 da Carta Magna, respectivamente.
3. Os Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público reafirmam o propósito de não ceder na defesa de suas prerrogativas constitucionais, as quais, acima de tudo, são garantias da sociedade brasileira, pugnando para que o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República não esmoreçam no cumprimento de suas funções e responsabilidades.

Feitos tais esclarecimentos, os Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público aguardam solução que resguarde a ordem constitucional e informam a sociedade sobre a realização, em Brasília, no dia 21 de setembro, de ato público denominado “Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público”.

Brasília-DF, 1º de setembro de 2011.

Sebastião Vieira Caixeta

Presidente da ANPT - Coordenador da Frentas

Renato Henry Sant’anna

Presidente da Anamatra

Gilmar Tadeu Soriano

Presidente da AMAGIS/DF

Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Presidente da ANMPM

César Bechara Nader Mattar Júnior

Presidente da CONAMP

Gabriel de Jesus Tedesco Wedy

Presidente da AJUFE

José Barroso Filho

Presidente da AMAJUM

Alexandre Camanho de Assis

Presidente da ANPR

Antonio Marcos Dezan

Presidente da AMPDFT

Henrique Nelson Calandra

Presidente da AMB

Segurança para magistratura: Anamatra participará de grupo de trabalho do Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça vai criar um grupo de trabalho para discutir a implementação de uma política nacional de segurança para a magistratura e o Ministério Público. A decisão do ministro José Eduardo Cardozo foi tomada após reunião com o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Cardozo também recebeu dos magistrados e membros do MP o manifesto entregue a outras autoridades. O ministro da Justiça afirmou que a questão da segurança é um tema central e que a união das duas carreiras é importante. Para o ministro, é necessário pensar uma solução global para o problema. Nesse sentido, falou da criação do grupo de trabalho, com a participação, além das entidades de classe, de representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O objetivo é criar uma política de segurança adequada para as duas carreiras. *A*



Foto: Ascom / ANPT

FOTOS DO DIA





Autoridades recebem reivindicações

Dirigentes da Anamatra e outras entidades reuniram-se com autoridades dos três Poderes da República. Nos encontros, entregaram manifesto com os pleitos dos magistrados e membros do Ministério Público. O documento foi encaminhado também a todos os parlamentares, Tribunais Regionais do Trabalho, ministros do Tribunal Superior do Trabalho, conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República, entre outros.

Presidente da República em exercício, Michel Temer

Michel Temer afirmou que tem acompanhado os pleitos dos magistrados e membros do MP e que é sensível aos temas. O presidente da República em exercício afirmou que vai envidar esforços para encaminhamento de medidas legislativas relativas à instituição da política de segurança e que já ressaltou a necessidade de recomposição inflacionária ao Governo Federal anteriormente.



Foto: ASCOM/ANPT

Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados

Foto: J. Batista / Agência Câmara



Alguns dias antes da realização do evento, integrantes da Comissão Legislativa da Anamatra entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), convite para a mobilização, além do manifesto.

José Sarney, presidente do Senado Federal

Sarney disse que os pleitos são válidos e ressaltou que o estado brasileiro precisa garantir a segurança não só dos magistrados e dos membros do MP, mas de toda a população. "Se um juiz não tem garantias de segurança, a sociedade também não tem".



Foto: Arquivo Anamatra

Luiz Adams, Advogado-geral da União

Foto: Arquivo Anamatra

Luís Inácio Lucena Adams revelou aos magistrados e membros do MP que o Governo Federal está preocupado com a situação da economia mundial. Sobre as reivindicações da magistratura e Ministério Público, Adams afirmou que é necessário um aprofundamento do diálogo com o Executivo e o Legislativo e que ele se dispõe a ser o interlocutor do debate. *A*



Mobilização é destaque na imprensa

O Dia Nacional foi destaque em diversos meios de comunicação nacionais e regionais. Vários jornalistas compareceram à coletiva de imprensa, que precedeu o ato em Brasília. O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, também falou exclusivamente a algumas emissoras, a exemplo da TV Record, e manifestou-se em defesa da recomposição dos subsídios na Folha de S. Paulo.



Foto: Arquivo Anamatra

Segurança de juízes no programa Balanço Geral DF

O programa Balanço Geral DF, veiculado pela Record Brasília, produziu matéria sobre o Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, mobilização organizada pela Frente Associativa da Magistratura e do MP. Na reportagem, o presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, aborda a segurança dos magistrados, tema que faz parte da plataforma de debate do Dia Nacional.

“Mesmo na Justiça do Trabalho, em que nós não lidamos diretamente com o crime organizado, existem vários casos de juízes ameaçados. E o que nos falta quando isso acontece é um apoio institucional, um apoio do aparato de segurança”, diz o juiz. “Muitas vezes a segurança é fornecida por algumas semanas ou por uma semana e depois é retirada, e o juiz fica à sua própria sorte”, completa. *As*

Foto: Reprodução



Anamatra contesta editorial da Folha de S. Paulo

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna contestou o editorial “Aumento inoportuno” do jornal Folha de S. Paulo, veiculado na edição do dia 9 de setembro. No texto, o jornal sugere ao Poder Judiciário que recue no pedido de “reajuste salarial” e que dê “sua cota de contribuição diante do preocupante quadro econômico”.

Renato Sant'Anna esclarece que, para cumprir o artigo 95, inciso III da Constituição Federal, que estabelece a irredutibilidade do subsídio da magistratura, era preciso ter havido correções anuais dos vencimentos dos juízes, como ocorre com qualquer outro trabalhador. “Entre janeiro de 2006 e agosto de 2011, os juízes brasileiros receberam 9,07% de reposição, diante de uma inflação acumulada de 31,13%. Houve uma subtração de

“A valorização da magistratura e do Ministério Público é algo que deveria ser defendido em qualquer democracia do mundo, porque garante o equilíbrio, o cumprimento das leis, a punição a quem pratica crimes. Em momento de ‘preocupante quadro econômico’, o ideal é ampliar a garantia dos direitos individuais, não reduzi-la”

quase um quarto do poder de compra dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público em cinco anos”, explicou o magistrado.

Para o presidente da Anamatra, o pleito da entidade não é por reajuste salarial, mas por uma política remuneratória que respeite a Constituição Federal e garanta alguma estabilidade na recomposição das perdas inflacionárias como, aliás, foi feito com o salário mínimo. “A valorização da magistratura e do Ministério Público é algo que deveria ser defendido em qualquer democracia do mundo, porque garante o equilíbrio, o cumprimento das leis, a punição a quem pratica crimes. Em momento de ‘preocupante quadro econômico’, o ideal é ampliar a garantia dos direitos individuais, não reduzi-la”, completou Sant'Anna.

A resposta da Anamatra foi publicada no Pannel do Leitor, na edição do dia 10 de setembro. *As*



DIA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (**FRENTAS**), integrada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (**ANAMATRA**), Associação dos Juízes Federais do Brasil (**AJUFE**), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (**ANPT**), Associação Nacional dos Procuradores da República (**ANPR**), Associação Nacional do Ministério Público Militar (**ANMPM**), Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal (**AMAJUM**), Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (**AMAGIS/DF**), e Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (**AMPDFT**), em articulação com a Associação dos Magistrados Brasileiros (**AMB**) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (**CONAMP**), no Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, vem a público manifestar-se nos seguintes termos.

1. Há muito as entidades representativas dos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público vêm denunciando a falta de política institucional que garanta a segurança dos agentes políticos dotados do dever-poder de promover e de realizar a justiça, **fundamental para a democracia brasileira**. Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, constantemente, sofrem ameaças e são submetidos ao estresse de cumprir seu dever constitucional mediante o sacrifício de sua segurança própria e da sua família. Infeliz e lamentavelmente, **a covarde execução de juízes, promotores e atentados outros sempre presentes na imprensa** expõem e confirmam, de forma trágica, o estado de insegurança a que estão submetidos Membros do Judiciário e do Ministério Público. **Nunca é demais** salientar que atentados dessa ordem, ademais de vitimar as famílias envolvidas, com as quais nos solidarizamos, afrontam o estado democrático de direito e a própria independência das Instituições.
2. Outro ponto que não tem merecido o apropriado tratamento é o sistema de saúde para Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, notadamente quanto à imprescindibilidade de prevenir os agravos à saúde física e mental **e proteção previdenciária adequada**. Recente pesquisa realizada pela Anamatra, cujos resultados, pelas condições similares de trabalho e de estresse, podem ser extrapolados para os outros ramos do Judiciário e do Ministério Público, revela que esses profissionais têm apresentado percentual maior de adoecimento em comparação com o conjunto da sociedade, sendo extremamente elevadas as ocorrências de doenças físicas e psíqui-





cas que os acometem. Urge, portanto, que se estructurem programas integrados de prevenção de males à saúde dos Membros do Judiciário e do Ministério Público e adequação de cobertura previdenciária.

3. O Poder Judiciário e o Ministério Público estão vilipendiados! Direitos e prerrogativas básicos de seus Membros têm sido, sistematicamente, negados, como o imprescindível aparato de segurança que garanta a incolumidade da saúde e da vida; a adequada cobertura previdenciária; um sistema de saúde que previna **doenças físicas** e mentais; uma política remuneratória **que resgate a valorização do tempo de carreira e que garanta a recomposição das perdas inflacionárias (Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal)**.
4. Os Membros do Ministério Público e do Judiciário também têm sofrido os nefastos efeitos da ausência de política remuneratória. Nega-se a essas carreiras – detentoras de relevante parcela do poder estatal e, portanto, submetidas à elevada responsabilidade de promover e de arbitrar justiça, no exercício da função jurisdicional –, a retribuição condigna e compatível com a relevante e grave atividade de agente político que lhes são próprias.
5. **Entre janeiro de 2006 (fixação do subsídio pela Lei nº 11.143/2005) e agosto de 2011**, o índice de inflação oficial (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA) acumula **31,1376%**. Descontada reposição parcial determinada pelas Leis nº 12.041/2009 e 12.042/2009 (**5% + 3,88% = 9,07%**), as perdas inflacionárias acumuladas no período chegam a **22,0676%**, o que representa a subtração de **quase um quarto** do poder de compra dos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público em cinco anos.
6. Apesar de enviados ao Congresso Nacional, para cumprimento do mandamento constitucional, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Procurador-Geral da República em agosto de 2010, os Projetos de Lei nº 7.749/2010 e 7.753/2010, que objetivam a reposição inflacionária **parcial**, até dezembro de 2010, com reajuste de 14,79% a partir de janeiro de 2011, ainda não mereceram da Câmara dos Deputados apreciação em nenhuma comissão daquela Casa. **Outras carreiras do Serviço Público tiveram sua recomposição assegurada por meio de medidas provisórias, enquanto que o Poder Judiciário e o Ministério Público, ao valorizarem o processo legislativo perante o Parlamento brasileiro, ainda não foram atendidos.**



7. É imprescindível a adoção de medidas e ações que sejam eficazes no processo de construção da política remuneratória que assegure não somente a dignidade dos subsídios dos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, mas também que restaure a valorização das carreiras, na posição alçada constitucionalmente como teto remuneratório, em ordem a preservar o recrutamento de quadros de excelência, o que denuncia de forma clara e inegável o reiterado descumprimento da **norma constitucional** que impõe a **revisão anual** (CF, art. 37, X) e a irredutibilidade dos subsídios (CF, arts. 95, III, e 128, § 5º, I, “c”) e merece ser superado, com urgência, pelos poderes constituídos.
8. Há, ainda, que encontrar-se solução para o quadro atual de desconsideração do tempo dedicado ao serviço público. Diferentemente das demais carreiras, que possuem sistemas de progressão horizontal e vertical em classes e níveis que evoluem com o seguir do tempo, para os Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, desde a supressão do adicional do tempo de serviço quando implantado o regime de subsídio, não há nenhum critério de valorização e estímulo de evolução e permanência da carreira. Nesse contexto, a única forma de valorizar e premiar o tempo de serviço dedicado à grave, essencial e tormentosa função jurisdicional é o restabelecimento do adicional por tempo de serviço para os Membros do Judiciário e do Ministério Público.
9. O reiterado desrespeito a tão nobres direitos e prerrogativas dos dignitários Membros do Ministério Público e do Judiciário, aos quais a Carta Magna confiou a promoção da justiça e o exercício da judicatura, põe em risco a própria independência, garantia maior da cidadania, e a harmonia do Poder Judiciário em face dos demais poderes, em afronta direta à norma, qualificada como cláusula pétrea, constante do art. 2º da Constituição da República.
10. Ante o exposto, as Associações supramencionadas conclamam, neste **Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público**, os Excelentíssimos dirigentes dos Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário, bem como da Procuradoria-Geral da República, reivindicando:
 - a **instituição de política nacional de segurança que garanta a incolumidade da saúde e da vida, com imediatas alterações legislativas pertinentes;**
 - **um sistema de saúde que previna adoecimentos físicos e mentais, com adequada cobertura previdenciária;**
 - **uma política remuneratória que respeite a Constituição Federal e garanta a recomposição das perdas inflacionárias e que resgate a valorização do tempo de carreira dos Membros da Magistratura e do Ministério Público.**

Brasília-DF, 21 de setembro de 2011.



